

volume

27/2

Julho/2022

ICH - UFPel



História em revista

revista do núcleo de documentação histórica

dossiê: Trabalhadores e Trabalhadoras no passado e no presente





**Obra publicada pela
Universidade Federal
de Pelotas**

Reitora

Isabela Fernandes Andrade

Vice-Reitora

Ursula Rosa da Silva

Chefe do Gabinete da Reitoria

Aline Ribeiro Paliga

Pró-Reitora de Ensino

Maria de Fátima Cossio

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação e Inovação

Flávio Fernando Demarco

Pró-Reitora de Extensão e Cultura

Eraldo dos Santos Pinheiro

Pró-Reitor de Assuntos Estudantis

Rosane Maria dos Santos Brandão

Pró-Reitor Administrativo

Ricardo Hartlebem Peter

Pró-Reitor de Planejamento e Desenvolvimento

Paulo Roberto Ferreira Júnior

Pró-Reitor de Gestão de Pessoas

Taís Ulrich Fonseca

Editora e Gráfica Universitária - Conselho Editorial

Presidente do Conselho Editorial: Ana da Rosa Bandeira

Representantes das Ciências Agrárias: Victor Fernando Büttow Roll (TITULAR) e Sandra Mara da Encarnação Fiala Rechsteiner

Representantes da Área das Ciências Exatas e da Terra: Eder João Lenardão (TITULAR)

Representantes da Área das Ciências Biológicas: Rosangela Ferreira Rodrigues (TITULAR) e Francieli Moro Stefanello

Representantes da Área das Engenharias: Reginaldo da Nóbrega Tavares (TITULAR)

Representantes da Área das Ciências da Saúde: Fernanda Capella Rugno (TITULAR) e Anelise Levay Murari

Representantes da Área das Ciências Sociais Aplicadas: Daniel Lena Marchiori Neto (TITULAR), Eduardo Grala da Cunha e Maria da Graças Pinto de Britto

Representante da Área das Ciências Humanas: Charles Pereira Pennaforte (TITULAR), Lucia Maria Vaz Peres e Pedro Gilberto da Silva Leite Junior

Representantes da Área das Linguagens e Artes: Lúcia Bergamaschi Costa Weymar (TITULAR), Chris de Azevedo Ramil e João Fernando Igansi Nunes

Instituto de Ciências Humanas

Diretor: Prof. Dr. Sebastião Peres

Vice-Diretora: Profa. Dra. Andréa Lacerda Bachettini

Núcleo de Documentação História da UFPel – Profa. Beatriz Loner

Coordenadora:

Profª Dra. Lorena Almeida Gill

Membros do NDH:

Profª Dra. Lorena Almeida Gill

Prof. Dr. Aristeu Elisandro Machado Lopes

Prof. Dr. Jonas Moreira Vargas

Técnico Administrativo:

Paulo Luiz Crizel Koschier

História em Revista – Publicação do Núcleo de Documentação Histórica – Prof^a. Beatriz Loner

Comissão Editorial:

Prof^a Dra. Lorena Almeida Gill
Paulo Luiz Crizel Koschier

Conselho Editorial:

Prof^a Dra. Helga I. Landgraf Piccolo (UFRGS)

Prof. Dr. René Gertz (UFRGS) (PUCRS)

Prof. Dr. Temístocles A. C. Cezar (UFRGS)

Prof^a. Dra. Beatriz Teixeira Weber (UFSM)

Prof^a. Dra. Maria Cecília V. e Cruz (UFBA)

Prof. Dr. Marcelo Badaró Mattos (UFF)

Prof^a. Dra. Joan Bak (Univ. Richmond – USA)

Prof. PhD Pablo Alejandro Pozzi (Universidad de Buenos Aires).

Prof. Tommaso Detti (Università Degli Studi di Siena)

Editora: Lorena Almeida Gill

Editores do Volume: Lorena Almeida Gill, Tamires Xavier Soares, Micaele Irene Scheer

Editoração e Capa: Paulo Luiz Crizel Koschier

Imagem da capa: Sapateiro Volcei da Rosa.
Autor: Vinícius Kusma.

Pareceristas ad hoc:

Alisson Droppa (UNICAMP) | Ana Sosa González (UFPel) | Ariel Salvador Roja Fagundez (IFSul) | Caiuá Al-Alam (UNIPAMPA) | Carlos Eduardo Piassini (Colégio Riachuelo – Santa Maria/RS) | Clarice Speranza (UFRGS) | Charles Pennaforte (UFPel) | Eduardo Palermo

(Centro Universitário Rivera) | Éverton Quevedo (CESUCA) | Frederico Duarte Bartz (UFRGS) | Jonas Vargas (UFPel) | Lisiane Manke (UFPel) | Márcia Espig (UFPel) | Marilis Almeida (UFPel) | Melina Perusatto (UFRGS) | Olíveia Nery (UFPel) | Rodrigo Weimer (UFRGS – FEE) | Tatiane Bartmann (UFRGS) | Wanderlene de Freitas Souza Barros (UFAM)

Editora e Gráfica Universitária

R Lobo da Costa, 447 – Pelotas, RS – CEP 96010-150 | Fone/fax: (53)3227 8411
e-mail: editora@ufpel.edu.br

Edição: 2022/1

ISSN – 2596-2876

Indexada pelas bases de dados: Worldcat Online
Computer Library Center | Latindex | Livre: Revistas de Livre Acesso | International Standard Serial Number | Worldcat | Wizdom.ai | Zeitschriften Datenbank

UFPel/NDH/Instituto de Ciências Humanas

Rua Cel. Alberto Rosa, 154 - Pelotas/RS - CEP: 96010-770

Fone: (53) 3284 3208 -

<http://wp.ufpel.edu.br/ndh/>

e-mail: ndh.ufpel@gmail.com

* obra publicada em julho de 2022.



Dados de Catalogação na Publicação (CIP) Internacional
Simone Godinho Maisonave – CRB 10/1733
Biblioteca de Ciências Sociais – UFPel

H673 História em Revista [recurso eletrônico] : (Dossiê: Trabalhadores e Trabalhadoras no passado e no presente) / Núcleo de Documentação História da UFPel – Profa. Beatriz Loner, v. 27, n. 2, jul. 2022. - Pelotas: UFPel/NDH, 2022 – 193 p. ; 1,9 MB

Semestral

e-ISSN: 2596-2876

Sistema requerido: Adobe Acrobat Reader

Disponível em:

<https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/HistRev/index>

1. História – Periódico 2. Trabalhadores 3. História do Trabalho

CDD: 907

Os textos contidos neste volume são de responsabilidade exclusiva de seus respectivos autores. Salvo informação explícita em contrário, o(a)s autor(a) (es) respondem pelas informações textuais e imagéticas contidas no presente volume. O padrão ortográfico e o sistema de citações e referências bibliográficas são prerrogativas de cada autor. Da mesma forma, o conteúdo de cada artigo é de inteira e exclusiva responsabilidade dos mesmos.

SUMÁRIO

	APRESENTAÇÃO INTRODUCTION <i>Lorena Almeida Gill Tamires Xavier Soares Micaele Irene Scheer</i>	7
DOSSIÊ: TRABALHADORES E TRABALHADORAS NO PASSADO E NO PRESENTE		
	COMBATE À CARESTIA NAS PÁGINAS DA IMPRENSA NEGRA: JORNAL O EXEMPLO (PORTO ALEGRE, 1917-1919) FIGHTING FAMINE IN THE PAGES OF THE BLACK PRESS: NEWSPAPER <i>O EXEMPLO</i> (PORTO ALEGRE, 1917-1919) <i>Liana Severo Ribeiro</i>	9
	TRABALHADORES E REPRESSÃO NO PÓS-ABOLIÇÃO EM ALEGRETE/RS WORKERS AND REPRESSION IN THE POST-ABOLITION IN ALEGRETE/RS <i>Guilherme Vargas Pedroso</i>	24
	TRABALHADORES NEGROS CRIAM UNIÃO FAMILIAR: REVIVENDO O MAIS ANTIGO CLUBE SOCIAL NEGRO DE SANTA MARIA/RS BLACK WORKERS CREATE <i>UNIÃO</i> FAMILIAR: RELIVING ON THE OLDEST BLACK SOCIAL CLUB IN SANTA MARIA/RS <i>Franciele Rocha de Oliveira</i>	42
	“MAÇAROCA” DESIGUAL: A LUTA DAS TECELÃS DA COMPANHIA FIAÇÃO E TECIDOS PELOTENSE PELA REMUNERAÇÃO ESTABELECIDADA POR LEI NA DÉCADA DE 1940 UNEQUAL “MAÇAROCA”: THE STRUGGLE OF THE WEAVERS OF COMPANHIA FIAÇÃO E TECIDOS PELOTENSE FOR THE REMUNERATION ESTABLISHED BY LAW IN THE 1940S <i>Taiane Mendes Taborda</i>	69
	TRABALHO NAS FAZENDAS DE CACAU: NA COSTA DO OURO (GANA) E NO SUL DA BAHIA (1920-1945) WORK ON COCOA FARMS: IN THE GOLD COAST (GHANA) AND IN THE SOUTH OF BAHIA (1920-1945) <i>Luciane Aparecida Goulart</i> <i>Flávio Gonçalves dos Santos</i>	86

- "MINHA GENTE, VAMOS TODOS RECLAMAR": AS DEMANDAS DA CLASSE
TRABALHADORA DE FLORIANÓPOLIS EM *A VERDADE* (1952-1960)**
"MY PEOPLE, LET'S ALL COMPLAIN": THE DEMANDS OF THE WORKING CLASS OF
FLORIANÓPOLIS IN *A VERDADE* (1952-1960)
Jéssica Duarte de Souza **110**

ARTIGOS LIVRES

- AS MEMÓRIAS E SOCIABILIDADES DOS IMIGRANTES BRASILEIROS EM SUAS
CHEGADAS E PRIMEIROS TEMPOS EM TERRAS PARAGUAIAS**
THE MEMORIES AND SOCIABILITIES OF BRAZILIAN IMMIGRANTS IN THEIR
ARRIVALS AND EARLY DAYS IN PARAGUAYAN LANDS
Vanucia Gnoatto **136**

- SAÚDE E GÊNERO: O ENFRENTAMENTO CIDADINO EM PORTUGAL ÀS
EPIDEMIAS NA ERA MODERNA LUSITANA E A REPRESENTAÇÃO DO CORPO DA
MULHER**
HEALTH AND GENDER: THE CITIZEN ADDRESS IN PORTUGAL TO EPIDEMICS IN
THE MODERN LUSITANIAN ERA AND THE REPRESENTATION OF THE WOMAN'S
BODY
Audrei Rodrigo da Conceição Pizolati **155**

- O SISTEMA DO PADROADO NA COMARCA DO SERRO DO FRIO: A ATUAÇÃO DO
PADRE SIMÃO PACHECO NA PARÓQUIA DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO
DA VILA DO PRÍNCIPE, MINAS GERAIS, 1723-1776**
THE PATRONAGE SYSTEM IN THE SERRO DO FRIO COUNTY: THE PERFORMANCE
OF FATHER SIMÃO PACHECO IN THE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO OF THE
VILA DO PRÍNCIPE, MINAS GERAIS, 1723-1776
Danilo Arnaldo Briskievicz **171**

TRABALHADORES E REPRESSÃO NO PÓS-ABOLIÇÃO EM ALEGRETE/RS

WORKERS AND REPRESSION IN THE POST-ABOLITION IN ALEGRETE/RS

Guilherme Vargas Pedroso¹

Resumo: Tomando como fonte as documentações hospitalares e da cadeia municipal, no artigo pretendemos analisar os mundos do trabalho no município de Alegrete, interior do Rio Grande do Sul, e perceber quais as ligações entre trabalhadores pobres e, em especial, negros, com a política de repressão e tentativa de ordenamento social que tentava se colocar no início do período republicano. As fontes oferecem ricas informações sobre diversos sujeitos que passaram pelas duas instituições, a de saúde e a policial. Além disso, através de matérias publicadas em jornais locais, que eram transcritas por periódicos de diversas cidades do país, a pesquisa ainda mostra as transformações naquele município, onde viviam as e os trabalhadores em questão. Em suma, o que se evidencia é uma ligação entre trabalho e repressão, o que diz muito sobre um dos problemas históricos que configura o pós-Abolição no Brasil.

Palavras-chave: Alegrete; Repressão; Pós-Abolição; Trabalhadores;

Abstract: Taking as source hospital and municipal jail documents, in this article we intend to analyze the worlds of work in the city of Alegrete, interior of Rio Grande do Sul, and to understand the connections between poor workers and, in particular, blacks, with the policy of repression and effort to social ordering that was attempted at the beginning of the republican period. The sources offer rich information about several subjects who passed through the two institutions, the hospital and the jail. In addition, through articles published in local newspapers, which were transcribed by periodicals from several cities in the country, the research still shows the transformations in that municipality, where the workers in question lived. In short, what is evident is a link between work and repression, which says a lot about one of the historical problems that configures post-abolition in Brazil.

Keywords: Alegrete; Repression; Post-Abolition; Workers;

Introdução

Passados dois anos da abolição legal da escravidão, o jornal *Gazeta de Alegrete*, em maio de 1890, publicava a seguinte notícia:

O delegado de polícia Sr. Lucio Krug que desde que assumiu o cargo não tem dado tréguas aos malandrins, teve a boa lembrança de reunir umas quantas vagabundas que por ali existem em um cortiço e fê-las passear em bando pelas ruas, ao rufar de tambor, apregoadas para quem quisesse alugá-las. Espetáculo novo nesta cidade, o bando percorreu as ruas, provocando a cada passo hilaridade nas pessoas que, atraídas pelo som da caixa, assomavam às portas e janelas.² (Jornal *O Libertador*, Fortaleza/CE, 05/05/1890)

¹ Mestrando em História – UFRGS. Bolsista CAPES. E-mail guilhermepedroso.v@hotmail.com.

² Atualizamos a ortografia desta e de todas as próximas transcrições de fontes utilizadas neste texto. Encontramos esta matéria primeiramente em pesquisa de Marcio Sônego (2022), utilizando aqui por julgar condizente com a temática proposta por nosso artigo.

A matéria foi publicada, como dito, pelo jornal alegretense, mas repercutiu até mesmo em Fortaleza/CE, e ao citar que o delegado Lucio Krug não estava dando “tréguas aos malandrins”, o periódico evidencia uma das principais características do regime republicado, instaurado um ano antes da publicação: o da repressão.

No final do século XIX acentuou-se a preocupação entre governantes e setores da elite republicana, acerca do destino que tomariam ex-escravizados e seus descendentes, sobretudo no ponto que envolvesse trabalho. Assim, rapidamente esforços foram criados para transformar tais preocupações em ações repressivas sobre as populações pobres e, em especial, a população negra.

Em Alegrete, município do interior do estado do Rio Grande do Sul, não foi diferente. A matéria citada anteriormente informa sobre como as populações subalternas eram tratadas pelo estado e pela sociedade como um todo, visto que ao passo que mulheres eram expostas nas ruas para serem “alugadas”, pessoas acompanhavam o acontecimento nas janelas de suas casas sem muita reação além da “hilaridade”. Utilizamos este caso para introduzir, mesmo que rapidamente, o assunto geral deste artigo. Nosso objetivo é, através de diferentes fontes, analisar os mundos do trabalho no Alegrete do início do século XX, sobretudo entre 1900 e 1905, anos que nossas fontes principais compreendem e que a seguir, explicamos quais são:

Através do *Livro de Registros de entradas e saídas dos enfermos* da Santa Casa Municipal de Alegrete (HSCCA), conseguimos informações sobre todos os indivíduos que passaram pela instituição entre 1900 e 1905, como nome, idade, nacionalidade, estado civil, cor e profissão. Nesta fonte, temos diversos registros que nos permitem refletir sobre a racialização das ocupações dos trabalhadores daquela região. A segunda, é o *Demonstrativo dos Presos da Cadeia de Alegrete*, que oferece informações como nome, nacionalidade, estado civil, idade e o motivo da prisão dos sujeitos que lá estiveram entre os anos de 1901 e 1904. Nesse sentido, com essa documentação de caráter massivo, homogêneo e reiterativo (FARINATTI, 2008), ou seja, que abarca uma boa parcela do meio estudado e repete as mesmas informações sobre o mesmo sujeito ao longo de um bom espaço de tempo, conseguimos identificar pessoas que passaram pelas duas instituições e que nos oferecem informações relevantes para compor uma história do trabalho e do pós-Abolição. É isso que propomos nas páginas que seguem. Dito isso, o artigo está dividido em duas partes, além da introdução e conclusão. Na primeira, através de matérias em jornais e a documentação hospitalar, faz-se uma discussão sobre as ocupações de trabalhadores em Alegrete no pós-Abolição, evidenciando uma forte precariedade e sazonalidade do trabalho, sobretudo entre negras e negros. Depois, a partir da análise dos registros da cadeia municipal, observamos o perfil dos presos e as motivações

destas prisões, que tinham caráter correccional e, conseqüentemente, eram de curto prazo. A partir disso, cruzamos as informações de ambas as fontes, para detectar indivíduos que passaram pelas duas instituições e complementar informações sobre estes sujeitos, pois no hospital, a cor e a profissão eram registradas, algo que não aparece nos documentos da cadeia. Antes de iniciar, é preciso ressaltar que o objetivo do artigo não é de quantificar as fontes ou prestar atenção as representatividades de cada registro, mas apresentar questões, a partir dos dados coletados, sobre aquela sociedade que muito atentava ao trabalho e a repressão, alinhando-se a ordem capitalista que se colocava. A de bom cidadão e, conseqüentemente, de bom trabalhador. Vejamos.

Entre as poucas ruas e os grandes campos: o local e os sujeitos

O interior do Rio Grande do Sul e, aqui em específico, o município de Alegrete, já foi estudado por diversos pesquisadores que se ocuparam majoritariamente de compreender questões relativas ao século XIX, visto que a região³ era economicamente muito importante no contexto sulino do país. Um local de forte presença indígena e negra, concentrado quase que inteiramente nos grandes campos da campanha sul-rio-grandense, desenvolvia a pecuária como principal atividade econômica durante o oitocentos.

Entre o final do século XIX e início do século XX, assim como o restante do país, o município passava por algumas transformações. Essas mudanças, por exemplo, consistiam na abertura de pequenas fábricas e comércios, inauguração de Teatro, finalização das obras das linhas de ferro e inauguração de uma Estação Ferroviária. Em 4 de dezembro de 1905, o jornal porto-alegrense *A Federação* publicava o projeto de reforma no prédio da Intendência alegretense, que se tornaria um “edifício compatível com os foros da cidade que goza” (Jornal *A Federação*, Porto Alegre, 04/12/1905, p. 01), amplo, moderno e elegante. Essas mudanças mais estruturais, impactavam, certamente no meio social. Ainda sobre isso, o mesmo Jornal, no ano seguinte, publicava:

Alegrete

Melhoramentos materiais

Da Gazeta de Alegrete transcrevemos as seguintes notícias, referentes a melhoramentos materiais no município de Alegrete sob a administração do nosso amigo Coronel Freitas Valle:

- O intendente, no corrente mês, vai mandar proceder aos reparos na estrada, além da Jararaca, em campos de Dona Manoela Marques. Ao que nos consta serão construídos diversos bueiros, com as derivações necessárias.

- Na estrada de baixo, que vai ao passo do Regalado, na Restinga, foi construída uma larga sarjeta empedrada, na estrada do corredor onde havia um profundo atoleiro.

³ Sobre Alegrete e região no século XIX, ver FARINATTI (2007), GARCIA (2010), THOMPSON FLORES (2012) e LEIPNTIZ (2016).

- Está se procedendo aos reparos da estrada a margem esquerda da Restinga, no passo do Curtume. Este serviço está sendo feito por administração e por presos correccionais.

- Na rua 20 de setembro, no cruzamento da rua V. de Tamandaré, junto ao Ibirapuitã, onde se faz o trânsito feral das tropas e carretas, onde há um profundo córrego adjacente ao rio, o intendente vi mandar construir um bueiro duplo, estando quase completo o respectivo projeto, organizado pelo Dr. João Blesmann. Esta será uma obra que vem sanar um melhoramento há muito reclamado, por ser ali o trânsito obrigado das tropas e na época das chuvas era intransitável e até perigoso.

- Faz-se no dia 9 do corrente a medição das obras da ponte Júlio de Castilhos.

- Na praça 14 de julho, geralmente conhecida pelo nome de praça da cadeia, o coronel intendente está mandando construir, para serventia publica, uma fonte que é ali muito necessária. A escavação do poço, vai ser revestida de pedra, com bocal apropriado e terá 6 metros de profundidade (Jornal *A Federação*, Porto Alegre, 18/1/1906, p. 2).

Percebe-se, a partir da reportagem, que a intendência municipal estava investindo em melhorias urbanas. Com isso, mesmo que sazonais, havia abertura de novos locais de trabalho, o meio urbano do município, até então muito concentrado nos campos, passou a ser uma opção não apenas para os moradores dos arrabaldes, mas para pessoas vindas de outras localidades do Estado e até mesmo do país.

Não seria correto afirmar que o município de Alegrete embarcou em amplas transformações urbanas, da mesma amplitude que em outras grandes cidades daquele período, como Rio de Janeiro, São Paulo e até mesmo Porto Alegre⁴. De qualquer forma, a região não esteve isenta de algumas mudanças, como mostramos acima, com as reformas urbanas que estavam sendo colocadas em prática e foram registradas pela imprensa.

Ainda no final do século XIX, em 1886, os governantes municipais debatiam acerca das (des)construções dos ditos *cortiços* no centro do município e reclamavam da movimentação dos libertos, evidência apontada por Márcio Sônego (2022, p. 31). Em outras palavras, o problema da liberdade e do exercício desta já vigorava enquanto uma questão social nos debates políticos desde os últimos anos da escravidão. Pois, como mostra Sônego (2019), a maioria da população negra escravizada em Alegrete conquistou a liberdade nas décadas de 1870 e 1880 e, chegando à abolição formal e nacional, em 1888, estes já estavam vivendo em liberdade, projetando novas formas de vidas, construindo famílias, reconfigurando práticas de trabalho ou mesmo buscando outras ocupações, percorrendo os grandes campos e as poucas ruas do Alegrete do final do século XIX e início do XX, tornando-se assim, uma ameaça à ordem moralizante e hierárquica que se colocava naquele

⁴ A respeito disso, ver: PESAVENTO (1992) e CHALHOUB (2020).

momento pós-Abolição.

Era nessa cidade que passava por mudanças, que trabalhadoras e trabalhadores pobres circulavam, uns chegando de outros cantos do país, outros buscando novas oportunidades de vida na República da exclusão. Muitos trabalhadores vindos do campo para a urbe, muitos da urbe para o campo. Devemos pensar que nesse contexto, sobretudo para essa região historicamente rural, que o que havia era um *entrelaçamento* social e cultural entre os campos e aquilo que se projetava enquanto urbano. Quem ligava estes dois mundos, que nada tinham de estanques, como bem mostrou Daniela Vallandro de Carvalho (2005) para o caso de Santa Maria, eram os trabalhadores.

Jornaleiros, agências e artistas eram as principais ocupações daqueles sujeitos que passaram pela instituição hospitalar, da qual tivemos acesso a documentação. Estes, eram trabalhadoras e trabalhadores que se ocupavam daquilo que estava disponível no momento, em trabalhos nos campos ou em obras públicas e serviços para Intendência municipal, como aquelas publicadas pelo jornal.

Dentro da categoria ocupacional de *jornaleiro e agência*, sabemos que caberiam diversas formas de trabalho. Já aqueles descritos como *artista*, eram sujeitos com algum nível de especialização da mão de obra, como por exemplo, o trabalho manual ou no comércio e nos negócios. Abaixo, construímos uma tabela que demonstra de forma mais nítida as ocupações dos indivíduos que passaram pelo Hospital de Alegrete.

Tabela 01 – Demonstrativo das profissões presentes nos registros do HSCCA

Profissões	Registros
Agência	311
Jornaleiro	293
Artista	57
-	16
Sem profissão	13
Criado	10
Guarda Municipal	2
Nenhuma	2
Ilegível	2
Fogueteiro	1
Agricultor	1
Carpinteiro	1
Professor	1

Soldado	1
Engomadeira	1
Total	712

Fonte: Livro de registro de entrada e saída dos enfermos do Hospital Santa Casa de Caridade de Alegrete. 1900-1905. Centro de Pesquisa e Documentação de Alegrete – CEPAL.

Acreditamos que as ocupações como *criado*, *fogueteiro*, *agricultor*, *carpinteiro* e *engomadeira* poderiam aparecer, por vezes, dentro das categorias de *jornaleiro* e *agências*, visto que estas abarcavam um amplo leque de ocupações, como anteriormente mencionado. Quando apareciam fora desde “guarda-chuva”, poderiam demonstrar a vontade do escrivão interligada com a declaração do sujeito. Pois quem era *jornaleiro*, poderia exercer a *carpintaria*, a *engomagem*, a *criadagem* e assim por diante, inclusive em intervalos de tempo curtos, como é o caso de: João José de Oliveira Cruz, que deu entrada no Hospital em maio de 1902, foi registrado como de cor branca, com 49 anos de idade, casado, brasileiro e jornaleiro. Três anos mais tarde, João volta ao hospital em fevereiro de 1905, com 52 anos, branco, casado e brasileiro. Porém, agora sua ocupação é descrita como criado⁵. Isso demonstra que muitas vezes o sujeito até poderia, no momento do registro, estar trabalhando em determinada função, porém sendo esta não especializada e sazonal, optava-se pelo registro mais geral, como *jornaleiro*. Acreditamos que no momento do registro havia uma troca entre aquilo que o escrivão determinava e aquilo que o paciente declarava.

Percebemos que do total de ingressantes no hospital, 58% eram homens e 42% eram mulheres, o que aponta para uma discrepância no que tange a população feminina do município, que de acordo com o Censo de 1900⁶, chegavam a ser 51% do total da população alegretense, ou seja, pouco mais da metade. Essa não representação das mulheres no hospital, já testada por outras pesquisas, evidencia que nem a medicina e nem a sociedade em si, estavam preparadas para a presença do corpo feminino em instituições de saúde. Priscila Almaleh (2016), ao pesquisar questões de gênero no pós-emancipação na capital gaúcha através das documentações hospitalares da Santa Casa de Porto Alegre, também percebeu uma certa inferioridade nos registros de mulheres em relação aos homens naquela instituição. Naquele contexto, as mulheres ainda preferiam formas alternativas de amenizar suas enfermidades, geralmente mais próximas as suas residências e com outras mulheres que

⁵ Livro de registro de entrada e saída dos enfermos do Hospital Santa Casa de Caridade de Alegrete. 1900-1905. Centro de Pesquisa e Documentação de Alegrete. Nas próximas referencias desta fonte, utilizaremos apenas as siglas que abreviam o título geral (LRHSCA CEPAL – 1900-1905).

⁶ Recenseamento Geral de 1900, IBGE. Disponível em: < <https://www.ibge.gov.br> >. Acessado pela última vez em 25/05/2022.

compartilhassem maior confiança, como é o caso das parteiras. Além disso, o trabalho doméstico, diário e exaustivo, também configurava uma barreira na procura das mulheres por hospitais. Almaleh explica que:

No ano de 1900, ainda era comum admitir-se a incompetência científica diante dos mistérios do corpo feminino, portanto nota-se que no final do século XIX, muito pouco se conhecia sobre as doenças femininas e sobre a maternidade, pois a ginecologia e a obstetria eram campos novos nas pesquisas médicas, ocasionando um desconhecimento do corpo e das doenças femininas (ALMALEH, 2016, p. 7).

Além disso, outro fator que pode auxiliar na explicação da maior presença masculina no hospital, é que o mundo do trabalho fora do ambiente doméstico era majoritariamente ocupado por homens. Sendo assim, estes poderiam sofrer mais acidentes, desenvolver com mais facilidade certas doenças e se envolver em rotineiros conflitos, envolvendo brigas e ferimentos que os levavam com maior frequência a instituição de saúde⁷.

Voltando aos registros, uma outra informação muito importante para esta pesquisa, são as cores dos sujeitos na fonte. Como já alertamos neste texto, por muito tempo a historiografia não levou em consideração o *componente cor* dos indivíduos na história do trabalho no país⁸. Atentando-se apenas a ideia de “transição” do trabalho escravo para o trabalho livre, negras e negros pareciam não ter tido participação nos mundos do trabalho após a abolição da escravidão.

Em Alegrete, em pesquisa sobre a formação do operariado local, Anderson Corrêa (2010) deu ênfase a participação de imigrantes e estrangeiros no mercado de trabalho urbano. O autor argumenta que a presença imigrante era forte no município durante os primeiros anos republicanos, estes se ocupavam majoritariamente em trabalhos mais específicos e urbanos, como vemos a seguir, nas palavras do autor:

Os italianos eram maioria com sapatarias, ferrarias, hotéis; desempenhavam ofícios como pedreiros, mestre-de-obras e funileiros. Eram exclusivos nas alfaiatarias, na fábrica de massas, como armador fúnebre e fotógrafo. Os alemães eram maioria com Depósito de Madeiras e ourivesaria, exclusivos com relojoaria. Os espanhóis eram exclusivos com tipografia, livraria e empresa telefônica. De 20 atividades classificadas como oficinas, em 09 atividades a exclusividade fora de imigrantes; em 08, apareciam tanto imigrantes quanto nacionais, sendo que, destes 08. Em 05 casos, os imigrantes eram maioria e, em 03, os nacionais apareciam em

⁷ Por exemplo, Sidney Chalhoub (2012) tentou o botequim como observatório popular, percebeu que nos momentos de lazer entre os trabalhadores eram onde mais aconteciam tensões entre homens de diferentes etnias, ocupações e nacionalidades. Assim, estes locais eram ambientes propícios para acidentes.

⁸ Ver: NASCIMENTO (2016).

vantagem. Os imigrantes destacavam-se entre os artesãos de Alegrete (CORRÊA, 2010, p. 115).

Se imigrantes e estrangeiros ocupavam com expressividade o mercado de trabalho urbano, onde estavam se ocupando trabalhadoras e trabalhadores negros? Em pesquisas anteriores, já evidenciamos a presença e a atuação de trabalhadores negros e negras no ambiente urbano do Alegrete pós-Abolição (PEDROSO, 2021). Marcio Sônego (2022) em recente publicação, evidenciou a forte atuação de trabalhadores negros desde os anos finais do sistema escravista, até as primeiras décadas do século XX, a partir da análise do *Clube União Operária de Alegrete*, local de identidade negra e posituação desta, de solidariedades, resistência e estratégias.

Com base nos registros aqui expostos na Tabela 01, percebemos que em meio aquelas 712 pessoas ingressantes no hospital entre 1900 e 1905, 30% é descrita como branca, 30% como parda, 19% preta, 19% indiatíca e 1% china. Ao juntar as designações e retirar apenas os brancos, percebemos que 69% dos indivíduos que ingressaram no hospital são não brancos. Ou seja, naquele momento, o hospital atendia quase que exclusivamente pessoas mais empobrecidas, porém dentro dessa categoria, percebemos que os brancos ainda são minoria.

Voltando a atenção às ocupações destas pessoas, focando nas três designações que mais apareceram nas fontes (jornaleiros, agências e artistas), foi possível constatar que 44% eram jornaleiros, 41% agências, seguidos por 8% de artistas. Ainda sobre as flutuações dentro destas categorias, em recente pesquisa, afirmamos que:

(...) as fronteiras que delimitam cada classificação profissional não consistem em limites estritos ou intransponíveis, ou seja, o mesmo sujeito pode ser as três categorias aqui analisadas: é jornaleiro pois agencia sua força de trabalho onde exerce uma atividade especializada. Isso poderia acontecer e os registros nos oferecem exemplos (PEDROSO, 2021, p. 62).

De qualquer forma, ao observar com maior proximidade o perfil dos indivíduos que desenvolviam estas ocupações, percebemos que trabalhadores negros, se concentravam com maior expressividade enquanto *jornaleiros* e *agências*. Por outro lado, entre os trabalhadores *artistas*, que eram aqueles com maior especialização, estavam em maioria, trabalhadores brancos.

Percebemos, nesse sentido, um mundo de trabalho precário, com baixas especializações, a partir da experiência de trabalhadores pobres que passavam pela instituição de saúde. Porém, mesmo que pobres, as diferenças raciais apontam para uma precariedade

acentuada entre os trabalhadores negros, que ocupavam em maioria os trabalhos menos especializados em relação aos brancos, que se ocupavam de trabalhos mais dinâmicos. Refletindo sobre a sociedade em que estes indivíduos estavam inseridos, totalmente hierárquica e racializada, veremos que os trabalhadores negros, que viviam de trabalhos mais sazonais, menos fixos e prestigiados, eram cotidianamente levados a serem vistos como vagabundos, desordeiros, ociosos. Ou seja, estavam sempre sob o julgamento e a suspeição da sociedade regradora e moralizante, e, por fim, da polícia.

Entre a ocupação e a repressão: presos em Alegrete, eram todos *desordeiros e ladrões*?

Para acompanhar as regras daquilo que se colocava enquanto uma sociedade civilizada, de ordem e progresso, o *trabalho* foi utilizado como uma das formas de regar e moralizar, sobretudo, pessoas negras, egressas do cativeiro ou não. Em pesquisa sobre os trabalhadores do Rio de Janeiro nesse contexto, Sidney Chalhoub aponta que:

Por um lado, esse problema tinha aspecto prático que se traduzia na tentativa de propor medidas que obrigassem o indivíduo ao trabalho. Por outro lado, era preciso também um esforço de revisão de conceitos, de construção de valores que iriam construir uma nova ética do trabalho. Como já foi sugerido na introdução, o conceito de trabalho precisava se despir de seu caráter aviltante e degradador característico de uma sociedade escravista, assumindo uma roupagem nova que lhe desse valor positivo, tornando-se então o elemento fundamental para a implantação de uma ordem burguesa no Brasil (2020, p. 65).

Misturando-se ao racismo da época, essas ideias concluíam que recém libertos não saberiam lidar com a vida em liberdade, muito menos dar conta do mundo do trabalho assalariado que se colocava como homogêneo.

Walter Fraga é outro pesquisador que nos explica muito sobre esse contexto. Em sua pesquisa sobre as trajetórias de escravos e libertos no Recôncavo Baiano, apontou para o fato de que a “experiência da escravidão e as expectativas de liberdade, foram decisivas para os libertos definirem os limites do que julgavam condizente com a nova condição” (FRAGA, 2014, p. 228). Havia uma resignificação nos modos de exercício de trabalho, mas a experiência da vida em cativeiro moldou as formas de resistência e moveu a régua de tolerância dos libertos com certas formas de tratamentos e trabalhos impostos pelos patrões. “O que para os ex-senhores era ‘inclinação a vadiagem’, para os libertos era poder criar outras opções de subsistência dentro e fora dos engenhos” (Ibid., p. 213). Dentro da ideologia do bom trabalhador, os imigrantes levavam certas vantagens, servindo de “protótipo do

trabalhador ideal na ordem capitalista” que tomava forma (CHALHOUB, 2012, p. 80).

O que durante muito tempo aconteceu na historiografia do trabalho no Brasil, foi o erro de considerar enquanto trabalhadores, apenas estes imigrantes, engessada em uma visão homogeneizante de imigrante e de trabalhador, excluindo, literalmente, da história, outros trabalhadores e suas peculiaridades. A partir da década de 1980, a historiografia sofreu algumas mudanças, muito por influência de pesquisas externas e pressão de movimentos sociais no contexto brasileiro, como aponta Sílvia Lara:

A exaltação do imigrante branco, associada a ideia de incapacidade do negro para o trabalho e a afirmação da passividade dos nacionais, devidamente deturpadas de seus termos racistas, reapareceu na base das teses formuladas por sociólogos e historiadores do século XX sobre a transição da escravidão para o trabalho livre, da substituição do escravo negro pelo imigrante italiano (1998, p. 26).

Uma das precursoras no assunto, Beatriz Loner em pesquisa sobre trabalhadores em Pelotas/RS na primeira República, apontou para a forte presença negra na região, mas que para além das presenças, as atuações destes sujeitos na construção do movimento operário do sul gaúcho:

Quanto a luta operária, sempre houve lideranças operárias negras de destaque na cidade, desde praticamente o início da organização dos trabalhadores. Duas associações centrais de trabalhadores, compostas por operários que não aceitavam as práticas e as propostas políticas da Liga Operária (associação que envolvia patrões e operários) revelam, em sua composição, uma predominância majoritária de diretores negros. A União Operária Internacional, por exemplo, fundada em 1898, tem, em sua primeira diretoria eleita, 14 dirigentes negros, num total de 16 membros (87,5%), os quais ocupavam todos os postos de importância (LONER, 1999, p. 16).

Mesmo que em estudos com objetivos e métodos diferentes, Marcio Sônego (2022), para o caso de Alegrete, conseguiu apontar questões que colaboram com as informações levantadas por Loner para Pelotas. Ou seja, um operariado existente e atuante além da organização, que foi plural e não se restringiu a homens brancos e imigrantes, como estudos anteriores indicaram.

Uma das características do pós-Abolição, além da agência e resistência de negras e negros, foi aquilo que fomentava essas ações: a suspeição que gerava repressão. A polícia foi o órgão responsável por fiscalizar e reprimir aqueles indivíduos tidos como suspeitos, mas é óbvio que em uma sociedade racialmente hierarquizada, existiam sujeitos que eram mais suspeitos do que outros, como homens e mulheres negros. Sobre isso, Claudia Mauch afirmou o seguinte:

Embora não se verifique no Rio Grande do Sul do período o mesmo empenho das autoridades policiais em campanhas intensivas contra a vadiagem, prostituição e movimento operário encontrado por historiadores do Rio de Janeiro e de São Paulo, as quais levavam grande quantidade de reincidentes a condenações pelo judiciário com penas de prisão e deportações, aqui a Polícia Administrativa efetivamente era convocada para debelar as desordens de todo o tipo e fazia muitas prisões correccionais que podem ser atribuídas à intolerância com o comportamento dito desregrado e incivilizado de setores populares (MAUCH, 2017, p. 77).

Espalhava-se nas cidades o medo das desordens geradas pelos negros libertados da escravidão e que não possuíam trabalhos fixos. Estes, vistos e estereotipados enquanto vagabundos, ociosos e bêbados. Nesse sentido, a polícia agia no propósito de prevenção, utilizando da suspeição e repressão contra essas pessoas como aparato dispositivo daquela sociedade. A partir desse “medo branco”, a polícia do Rio Grande do Sul, passou por diversas mudanças no final do século XIX, como apontou Mauch (2011), a fim de trabalhar no sentido de corrigir e reprimir aqueles que não estavam dispostos, sobre o olhar da sociedade e da instituição policial, ao trabalho.

Sendo assim, nesse contexto, trabalho e trabalhadores, polícia e repressão, são assuntos indissociáveis, pois moldaram e limitaram, em diversos momentos, os limites das liberdades e da cidadania da população pobre e, em especial, da população negra. Nesse seguimento, em estudo sobre a história social do racismo em Porto Alegre no pós-Abolição, Marcus de Freitas Rosa explica que:

Na década de 1890, o combate à “vadiação”, o medo da “crise” e da “desordem” em seus aspectos econômicos ou políticos, eram lidos como consequências temíveis da liberdade alcançada por todos os escravos; era por isso que, na lógica da suspeição e do controle social, “vadiação”, “crise” e “desordem” estavam associadas às atitudes dos negros em geral. Entretanto, essa mesma leitura, possível a partir do ponto de vista das autoridades políticas, como governadores e chefes de polícia, naquele momento em que se voltaram preferencialmente para os negros como alvos principais, também indica preocupação com a formação de um mercado de trabalho livre cujos integrantes deveriam ser disciplinados e corrigidos, ou seja, obrigados ao trabalho. Consequência: havia homens e mulheres com os mais variados tons epidérmicos e nacionalidades metidos à força nas cadeias do Segundo Distrito por cometer desordens e viver na vadiagem (ROSA, 2014, p. 137).

No contexto de Alegrete, entre os anos de 1901 e 1904, identificamos a prisão de 814 pessoas no xadrez municipal. Destas, 708 eram homens e 106 eram mulheres. Tudo indica, que a instituição da qual tivemos acesso as fontes, ou seja, a Cadeia Municipal de Alegrete, era um local onde se efetuavam as prisões correccionais comentadas pelos autores

citados, pois as detenções de quem era preso, na maioria das vezes, de fato, não passavam de um ou dois dias.

Mesmo que isolados, existiram casos de pessoas que eram deixadas por longos períodos presos, muitas vezes pelos mesmos motivos genéricos que levavam outras pessoas a saírem em um ou dois dias da detenção. Infelizmente, no momento desta pesquisa, ainda não temos fontes o suficiente para cruzar e compreender quem eram, e porque certas pessoas permaneciam mais tempo presas do que outras. Isso é um ponto muito importante e certamente quando pesquisado, trará grandes contribuições. Mas, levando em consideração o período e as ideologias que esta sociedade se imbuía, certamente questões raciais atravessavam estas permanências mais extensivas de certas pessoas na cadeia.

Abaixo, construímos uma tabela com as principais causas que levavam estes sujeitos às celas e percebemos que o maior motivo, ocupando mais da metade dos registros, foi “desordem”:

Tabela 02 – Crimes e contravenções em Alegrete (1901-1904)

Motivo da Prisão	Registros
Desordem	396
Furto	209
Ferimento	44
Morte	23
Peão	23
Embriaguez	18
Vagabundo	15
Recrutado	13
Loucura	12
Outro	25
Total	778

Fonte: Livro Demonstrativo dos presos da Cadeia Municipal de Alegrete. 1901-1904. Arquivo Municipal de Alegrete Miguel Jaques Trindade.

Como vimos, através das pesquisas realizadas para outras localidades no mesmo contexto, *desordem* poderia abarcar diversos comportamentos percebidos pela polícia como não civilizados, que não eram condizentes com a ordem que se impunha naquele momento. Nesse sentido, algumas das categorias que estão presentes na tabela acima, por muitas vezes, poderiam ser encaixadas em comportamentos desordeiros, como a *embriaguez*, a *vagabundagem* e até mesmo a dita *loucura*.

Manoel Antônio de Moura, brasileiro de 23 anos de idade, por exemplo, provavelmente por comportamentos ou modos de viver muito semelhantes, foi preso sete vezes em curtos intervalos de tempo, entre os anos de 1901 e 1903. As causas destas prisões variaram entre “desordem”, “embriaguez”, “furto” e “peão”⁹.

A categoria “peão” é algo intrigante. Porém aqui supomos ser uma designação com caráter aproximado de desordeiro. Essa resposta tivemos na própria fonte, ao não encontrar extensa bibliografia sobre a categoria. Por exemplo, diversos sujeitos eram presos a todo momento, visto que eram prisões correcionais e teoricamente curtas, como já comentamos. Por serem prisões de curto prazo e visarem pessoas pobres que na visão policial optaram pelo não trabalho e preferiram viver na *desordem* e *vagabundagem*, certos indivíduos já eram “conhecidos” dentro do xadrez municipal, por estarem sendo presos a todo momento. É o caso de Antônio José dos Santos, de 49 anos de idade, brasileiro, natural do estado de Pernambuco e casado, que entre 1902 e 1903 esteve preso quatro vezes. Nos registros das prisões de Antônio, os motivos intercalaram entre “desordem” e “peão”¹⁰. Semelhante ao caso de Antônio dos Santos, é o do italiano Eduardo Cristóvão, solteiro de 24 anos, que entre dezembro de 1901 e janeiro do ano seguinte foi preso três vezes, também alternando as motivações ente “desordem” e “peão”¹¹. É com base na reflexão destes e outros casos parecidos, que propomos ser aproximado o significado destas duas categorias. Claro que um estudo mais profundo, que aqui não é o objetivo, irá elucidar melhor as condições destas designações.

Aqueles que eram presos por crimes como *morte* ou *ferimento*, geralmente aparecem ou sendo colocados à disposição do juiz municipal, ou são diretamente enviados para a Casa de Correção de Porto Alegre, como é o caso de Manoel Marcelino¹², de 44 anos de idade, casado, brasileiro, preso no dia 13 de fevereiro de 1900. Manoel sai da cadeia de Alegrete apenas no dia 20 de maio do ano seguinte e é diretamente enviado para a Capital do Estado, de acordo com o que consta nos registros. Provavelmente, nesse intervalo em que Manoel esteve recluso, os tramites burocráticos e processuais ocorreram, para que concluísse em sua prisão em Porto Alegre.

Percebemos, através dos registros hospitalares, que a maioria daqueles que procuravam a instituição, eram trabalhadores pobres, que desenvolviam ofícios sazonais e

⁹ Livro Demonstrativo dos presos da Cadeia Municipal de Alegrete. 1901-1904. Arquivo Municipal de Alegrete Miguel Jaques Trindade. Daqui em diante, esta fonte será referenciada com sua abreviação (LDP AHMAMJT – 1901-1904).

¹⁰ LDP AHMAMJT – 1901-1904.

¹¹ LDP AHMAMJT – 1901-1904.

¹² LDP AHMAMJT – 1901-1904.

pouco especializados. Em sua maioria, trabalhadores negros. Através da análise dos documentos da cadeia, percebe-se que há uma forte concentração em registros de *desordens* e *furtos*. Isto aponta para uma sociedade de baixas oportunidades ocupacionais e um movimento policial ativo.

Nesse contexto, de sazonalidade do trabalho, em especial para trabalhadores negros, como vimos, a questão de moradia e trabalho estavam totalmente interligadas. Muitos trabalhadores moravam, ou apenas dormiam, em seus lugares de trabalho, como mostrou Thiago Campos da Silva (2022, p. 56) em pesquisa sobre raça e controle social no Rio de Janeiro deste contexto. Em Alegrete, se pensarmos nos *jornaleiros* e *agencias*, por exemplo, muitos poderiam morar por períodos determinados nas estâncias onde desenvolviam trabalhos sazonais, e em outros momentos perambular pela região urbana do município em busca de novas ocupações e, nesse momento, experienciar o desabrigo.

Como nas documentações da cadeia não há o registro da cor e da profissão dos presos, fizemos o exercício de cruzar as informações da documentação hospitalar com os registros da cadeia, onde a partir da busca nominal, conseguimos identificar alguns trabalhadores sendo registrados em ambas as instituições, como veremos adiante.

Entre 1903 e 1904, Joana Padilha foi presa por “desordem” três vezes. Ela é descrita como casada, brasileira e com 30 anos de idade¹³. Percorrendo nosso banco de dados do hospital, encontramos Joana ingressando na instituição dois meses após sair da cadeia pela última vez, em outubro de 1904. O que observamos além disso, é que Joana trabalhava como “agencia” e foi designada como “parda”. Joana faleceu no dia 19 de outubro de 1904, com “sífilis cerebral”¹⁴.

Olegário Araújo foi outro personagem muito presente nos registros da cadeia, sendo preso duas vezes em 1901 e uma em 1903, por “desordem” e “furto”¹⁵, consequentemente. Olegário era jornaleiro, pardo, brasileiro e solteiro, com 19 anos de idade¹⁶ no momento de sua primeira prisão. Tendo ficado baixado no hospital por 11 dias, por conta de uma “doença pulmonar”, Olegário deu alta “a pedido”. Sobre isso, encontramos nas fontes hospitalares cinco designações para descrever a motivação da alta dos doentes: “curado”, “melhorado”, “fugido”, “falecimento” e “a pedido”¹⁷. Esta última, encontrada em 67 casos, onde supomos que trabalhadores pediam para sair, mesmo que não *melhorados* ou

¹³ LDP AHMAMJT – 1901-1904.

¹⁴ LRHSCA CEPAL – 1900-1905.

¹⁵ LDP AHMAMJT – 1901-1904.

¹⁶ LRHSCA CEPAL – 1900-1905.

¹⁷ LRHSCA CEPAL – 1900-1905.

curados, para voltar ao trabalho ou para a busca deste, visto que a sazonalidade, não trazia segurança alguma para aqueles sujeitos.

Maria da Conceição, também é uma das pessoas que conseguimos encontrar nas duas instituições, partindo do cruzamento das fontes e da busca nominal. Foi presa também por “desordem” em março de 1903, com 49 anos de idade e descrita como solteira¹⁸. Em 1905, Maria baixou o hospital, agora com 50 anos, de ocupação “criada” e de cor “preta”¹⁹.

Além destes casos citados acima, onde trabalhadoras e trabalhadores negros estão sendo presos por conta da ampla designação da “desordem”, por exemplo. Trabalhadoras e trabalhadores que muito provavelmente foram detidos, muitas vezes estavam em períodos que não possuíam ocupações, visto que a maioria trabalhava por jornadas. Ou seja, no momento da falta de ocupação, a repressão se acentuava, sobretudo entre trabalhadores negros.

De qualquer forma, como afirmou Marcus Vinicius de Freitas Rosa (2014), em trabalho já citado, trabalhadores nacionais e imigrantes ocuparam os mesmos espaços nas cidades e muitas vezes compartilhavam os mesmos setores de trabalho. Em um meio social racialmente hierarquizado, imigrantes e estrangeiros pobres, mesmo que em números bem mais baixos, também eram alvos da polícia. De acordo com os registros das naturalidades dos presos e presas, 761 foram descritos como “brasileiros”, o restante dividia-se em poucos registros de cada nacionalidade, como “oriental” (19), “espanhol” (8), “italiano” (6) e outros (17).

É o caso de Braz Fernandes, preso em 1904 por “desordem”, descrito como “oriental”, de 26 anos de idade²⁰. Dois dias após deixar a cadeia, Braz ingressou no hospital, como solteiro, branco e de ocupação “agencia”, com “artereo esclerose”, falecendo no dia 14 de abril daquele ano. Caso parecido é o de Guilherme Tabora, argentino de 62 anos, preso em 1901 por “furto” e falecido no hospital em 13 de fevereiro de 1902²¹.

Os casos descritos acima, nos servem para pensar e observar duas coisas: primeiro é a precariedade do trabalho em geral e da precariedade, em específico, da liberdade de negras e negros. Segundo, é que a baixa especialização da mão de obra, onde negras e negros configuravam a maioria, levava esses sujeitos a maior suspeição policial. A falta de uma ocupação fixa que, por vezes, levava a uma sazonalidade na própria moradia dos indivíduos, combinando isso com as ideologias da época, que previam o ordenamento e a

¹⁸ LDP AHMAMJT – 1901-1904.

¹⁹ LRHSCA CEPAL – 1900-1905.

²⁰ LDP AHMAMJT – 1901-1904.

²¹ LRHSCA CEPAL – 1900-1905.

disciplina dos mais pobres, resultava em uma circulação destas pessoas com maior frequência dentro das salas da cadeia municipal. Pois, como mostram os curtos, mas significativos trânsitos entre as duas instituições de Maria da Conceição, Edmundo Cristovão, Joana Padilha, Olegário de Araújo e Braz Fernandes, a prisão, não significava a ausência de ocupação. Mas a precariedade da vida e do próprio trabalho.

Considerações finais

Os estudos sobre o interior do Rio Grande do Sul que tomam o pós-Abolição enquanto um problema de pesquisa, bem como aqueles preocupados com uma outra história do trabalho, para além da experiência de imigrantes ou simplesmente trabalhadores homens e brancos, ainda são escassos. Nesse sentido, o que foi apresentado e debatido neste artigo é apenas uma inserção no tema, que já foi muito debatido na historiografia de outras localidades do estado e do país. Sendo assim, nosso objetivo não foi, nem de perto, esgotar ou encerrar a discussão. Nem mesmo será, nesta seção do texto, que teoricamente finaliza o que foi dito anteriormente.

Percebemos, a partir de uma análise centrada em dois conjuntos de fonte histórica, que a questão do trabalho esteve diretamente ligada a ação de repressão do estado, que utilizou do aparato policial para delimitar as movimentações e o exercício da cidadania de trabalhadores pobres e, sobretudo, negros. Estes, ocupantes dos trabalhos menos dinâmicos disponíveis em uma sociedade concentrada em atividades de trabalho campeiro ou no comércio, onde trabalhadores brancos, mesmo que pobres, ainda alcançavam certos ofícios pouco experimentados por negras e negros naquele momento.

Encerra-se este texto visando as próximas pesquisas, realizadas por nós ou colegas de ofício interessados no tema, que devem dar conta de aprofundar o debate aqui colocado, pensando as experiências de vida e trabalho de gentes negras na fronteira do Rio Grande do Sul e de trabalhadores brancos pobres. Perceber aqueles que eram mais alvos da polícia e mesmo sendo “corrigidos” permaneciam durante extensos períodos atrás das grades da cadeia municipal. Enfim, muito foi debatido, mas esperamos que seja apenas uma análise introdutória e que muito há de vir. Pois, em uma país onde o alvo da polícia ainda possui endereço, classe e cor, muito há de se refletir para que assim, finalmente, possamos avançar enquanto sociedade.

Referências Bibliográficas

- ALMALEH, Priscila. Estudo de gênero no período pós-emancipação a partir dos Registros de Matrícula da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre (1889-1895). **HISTÓRIA UNICAP**, v. 3, p. 294, 2016.
- CARVALHO, Daniela Vallandro de. **Entre a solidariedade e animosidade**: os conflitos e as relações interétnicas populares – Santa Maria 1885-1915. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2005.
- CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim**: o cotidiano dos trabalhadores no rio de Janeiro na belle époque. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- COORÊA, Anderson Romário Pereira. **Movimento Operário em Alegrete**: a presença de imigrantes e estrangeiros (1897 – 1929). Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, p. 215, 2010.
- DOMINGUES, Petrônio. Fios de Ariadne: o protagonismo negro no pós-abolição. **Anos 90** (UFRGS. Impresso), v. 30, p. 215-250, 2009.
- FARINATTI, Luis Augusto Ebling. **Confins Meridionais**: famílias de elite e sociedade agrária na Fronteira Sul do Brasil (1825-1865). Santa Maria: Editora UFSM, 2010.
- FARINATTI, Luís Augusto. Construção de séries e micro-análise: notas sobre o tratamento de fontes para a história social. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 15, n. 28, p. 57-72, 2008.
- FRAGA, Walter. **Encruzilhadas da Liberdade**: histórias de escravos e libertos na Bahia (1870-1910). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.
- GARCIA, Graciela Bonassa. **Terra, trabalho e propriedade**: A estrutura agrária da campanha rio-grandense nas décadas finais do período imperial (1870-1890). Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, p. 208, 2010.
- LARA, Sílvia Hunold. Escravidão, cidadania e história do trabalho no Brasil. **Projeto História**. São Paulo, v. 16, p. 25-38, 1998.
- LEIPINITZ, Ginter Tlajja. **Vida Independente, ainda que modesta**: dependentes, trabalhadores rurais e pequenos produtores na fronteira meridional do Brasil (C. 1884 – C. 1920). Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, p. 285, 2016.
- LONER, Beatriz A. Negros: organização e luta em Pelotas. **História em Revista**, Pelotas, v. 5, p. 7-27, 1999.
- MATHEUS, Marcelo Santos. **Fronteiras da liberdade**: escravidão, hierarquia social e alforria no extremo sul do Império do Brasil. São Leopoldo: Oikos, 2012.
- MATTOS, Hebe; RIOS, Ana Maria. O pós-abolição como problema histórico: balanços e

- perspectivas. **Topoi** (Rio de Janeiro), Rio de Janeiro, v. 5, p. 170-198, 2004.
- MAUCH, Claudia. **Dizendo-se autoridade:** polícia e policiais em Porto Alegre (1896-1929). São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2017.
- NASCIMENTO, Álvaro. Trabalhadores negros e o “paradigma da ausência”: contribuições à história social do trabalho no Brasil. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 29, nº 59, setembro-dezembro, 2016.
- NEGRO, Antônio Luigi; GOMES, Flavio. Além das senzalas e fábricas: uma história social do trabalho. **Tempo Social**, São Paulo, v. 18, n. 1, p. 217-240, 2006.
- PEDROSO, Guilherme Vargas. **Trabalhadores Negros ao Sul do Brasil:** Alegrete/RS (1900-1905). 2021. 78.p. Monografia (Graduação em História) – Universidade Federal de Santa Maria, p.78. 2021.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. **O cotidiano da República:** elites e o povo na virada do século. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1992.
- ROSA, Marcus Vinicius Freitas da. **Além da invisibilidade:** história social do racismo em Porto Alegre durante o Pós-Abolição (1884-1918). Porto Alegre, RS: EST Editora, 2019.
- SILVA, Thiago Campos da. A cor da cidade: raça, controle social e modernidade no Rio de Janeiro (1890-1906). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2022.
- SÔNEGO, Márcio. A Lei do Ventre Livre e os possíveis caminhos para a liberdade dos escravizados em Alegrete - RS (1871-1888). **ESCRITAS**, v. 11, p. 67-81, 2019.
- SÔNEGO, Márcio. A PRÁTICA DA ALFORRIA NO ALEGRETE OITOCENTISTA: NOTAS DE PESQUISA SOBRE AS MANUMISSÕES PAGAS (1832-1886). **Missões:** Revista de Ciências Humanas e Sociais, v. 5, n. 2, 4 mar. 2020.
- SÔNEGO, Márcio. **Uma introdução à história dos trabalhadores negros no Clube União Operária de Alegrete.** Porto Alegre: Gráfica e Editora RJR, 2022.
- THOMPSON FLORES, Mariana. **Crimes de Fronteira:** a criminalidade na fronteira meridional do Brasil (1845-1889). Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012